



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO
Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
da Justiça do Trabalho
8ª REUNIÃO DE 2020 – 24/11/2020

ATA DE REUNIÃO		
Local	Data	Horário
Reunião virtual. <i>Google Meetings</i>	24/11/2020	17h às 19h

No dia 24 de novembro de 2020, das 17h às 19h, por meio do aplicativo *Google Meetings*, ocorreu a 8ª Reunião Ordinária de 2020 do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho (CGTIC-JT).

Estiveram presentes os seguintes membros do referido comitê:

Nome
Fabiano de Abreu Pfeilsticker Juiz Auxiliar da Presidência do TST Coordenador Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho
Carolina da Silva Ferreira Secretária-Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho
Fábio Portela Lopes de Almeida Assessor da Presidência do TST
Luiz Antônio Mendes Garcia Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do CSJT
Fabiano de Andrade Lima Secretário de Tecnologia da Informação do TST
Márcio Nisi Gonçalves Secretário de Tecnologia da Informação do TRT da 2ª Região

Estiveram presentes os seguintes convidados do referido comitê:

Nome
Cláudia Pereira de Souza Brandao Fernandes Coordenadora Substituta de Gestão e Governança em Tecnologia da Informação do CSJT (Convidada para a reunião)
Christiano Guimaraes de Carvalho Coordenador Técnico do Processo Judicial Eletrônico do CSJT (Convidado para a reunião)
Ana Letícia Moura Vilela Servidora da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do CSJT (Convidada para a reunião)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO
Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
da Justiça do Trabalho
8ª REUNIÃO DE 2020 – 24/11/2020

Com o propósito de integrar as discussões, a Drª Carolina solicitou a participação dos servidores Cláudia Pereira de Souza Brandão Fernandes, Coordenadora da CGGOV e Christiano Guimarães de Carvalho, Coordenador da CTPJE. A Drª Carolina da Silva Ferreira, Secretária-Geral do CSJT, encaminhou a discussão dos itens da pauta:

1. Pendências de reuniões anteriores

Item:	1.1. Revisão da última ata de reunião	ID	
A Ata da 7ª Reunião do CGTIC, realizada em 26/10/2020 foi submetida aos membros do comitê, que a aprovaram. Drª Carolina apresentou a sugestão operacional de que para as próximas reuniões, o conteúdo do e-mail de convocação, contendo links para a videoconferência no meet, para a pauta, e para a ata da última reunião, seja incorporado ao módulo da agenda no campo destinado ao texto do convite, de modo que a convocação seja recebida por única via.			

2. Novos itens para análise e deliberação:

Item:	2.1. Apresentação da nova Coordenadoria, CSAN, juntamente com o resumo executivo dos principais projetos/produtos administrativos.	ID	
<p>2.1. A Coordenadora da CSAN fez uma apresentação de forma muito didática e elogiada ao final. Diversos gráficos, tabelas legendadas e mapas foram utilizados para ilustrar o panorama da estrutura, composição e atividades da CSAN, bem como a evolução e situação detalhada dos Programas Nacionais (SIGEO-JT, PROAD-OUV e SIGEP) e Projetos/Produtos Nacionais (SILC-JT, SCNP, DEJT e Malote Digital). Dentre outros dados apresentados foi possível acompanhar as entregas efetuadas, problemas enfrentados, planos de ação e próximas entregas de cada um dos Programas ou Projetos mencionados. A apresentação está disponível no Anexo 1 desta ata (Anexo 1 - 2.1 - Apresentação CSAN para CGTIC - 8ª Reunião CGTIC.pdf). A Secretária-Geral deu uma perspectiva de</p> <p>A SGRCSJT solicitou que a SETIC prepare uma apresentação, com abordagem bem esclarecedora da nova estrutura da SETIC e dos Sistemas Administrativos para o COLEPRECOR ainda este ano, se possível.</p> <p>A respeito do PROAD, foi lembrado que haverá reunião com o TRT12 na quarta-feira, 25/11, na qual se pretende expor a preocupação de se estar consumindo tempo e recursos com o PROAD, em detrimento de outros projetos mais interessantes.</p> <p>A CNPJE, com o intuito de suscitar o debate, apresentou de 5 questionamentos, que foram esclarecidos, a saber:</p> <p>1 - Participação do Escritório de Projetos dentro CSAN. Irão gerenciar os projetos também da CSAN? R.: CSAN, por meio de reuniões, fará a coordenação, participando das atividades dos times de cada projeto nos Regionais. As informações serão passadas para que equipe de governança alimente os painéis e faça um gerenciamento executivo. O conceito adotado na CSAN é o de “cesta de produtos”, portanto, mais orquestrador, articulador e integrador, baseado em resultados. A SETIC como um todo passará a trabalhar em um novo modelo com diversas competências transversais, que se mostra mais ágil. Toda visão gerencial será reportada à NUGOV, que irá captar informações das CSAN e CTPJE para montar o teste(40 MIN). A SGRCSJT enfatizou que o Núcleo de Governança deve atender toda a área de TI.</p> <p>2 - Foi cogitado um Grupo de Negócio, a exemplo da CTPJE, para os Sistemas Administrativos?</p>			



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO
Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
da Justiça do Trabalho
8ª REUNIÃO DE 2020 – 24/11/2020

R.: Hoje existe formalmente constituído o GAe, que equivale a o GNN dos Sistemas Administrativos, porém dada a quantidade de projetos, é inviável o GAe executar o acompanhamento de todos eles. Está sendo feito um mapeamento com vista a aprimorar a estrutura de governança.

Quanto às questões que se seguem, a SETIC fez uma explanação geral sobre a forma de trabalho, que permitiu a compreensão em termos gerais. O comitê decidiu por retomar uma discussão mais específica sobre os demais temas em outra oportunidade, para não se estender em demasia nos pontos suscitados e comprometer o tempo restante para tratar os itens subsequentes da pauta.

3 - Foi pensado em unificação de linguagem, codificação e padrões de visualização?

4 - Como serão feita a centralização das homologações?

5 - Como o CSJT fará o controle de versões instaladas dos Sistemas Administrativos nos Regionais? Ato Normativo?

A CSAN ressaltou que todas as questões apresentadas estão no radar da unidade e constarão do plano de ação para 2021.

A SGRCSJT relevou o aspecto de eventuais vulnerabilidades dos sistemas administrativos em decorrência do recente escândalo envolvendo segurança da informação. A conjuntura atual mostra-se propícia a priorização de recursos para sanar suscetibilidades. Uma varredura nos sistemas para detectar eventuais fragilidades nesse sentido deverá ser feita. Nesse contexto o comitê deliberou que a CTPJE deve adotar providências para que seja criado usuário único para acesso dos integrantes do GNN pelo CITRIX, assim como bloquear o acesso pela funcionalidade que está afetada. A medida visa mitigar o risco de segurança na homologação de primeiro e segundo graus e minuta de votos.

Item:	2.2. Projeto Nacional de Disponibilização de Dados Abertos - proposta TRT da 19ª Região - tema deve ser tratado em consonância com os trabalhos do Comitê Consultivo de Dados Abertos e Proteção de Dados no âmbito do Poder Judiciário, instituído pela Resolução CNJ Nº 334/2020, especialmente observando-se que tanto o TST como o CSJT possuem assento neste Comitê.	ID	
-------	---	----	--

2.2. A Secretária relatou que a questão dos Dados Abertos vem da **Resolução 215/20xx do CNJ, da transparência**, na qual há um grupo de quesitos que diz respeito a publicação de informações na Transparência Ativa (site). O TRT19 solicitou que o CSJT se auxiliasse na definição do escopo de Dados Abertos para promover uma uniformização. Observação: o TRT 19 não apresentou uma proposta, apenas relatou que existe a questão.

Sugestão: assim que houver uma posição mais estável do CNJ, instruir os Tribunais sobre o atendimento uniforme dos dados abertos, lembrando da consonância com os trabalhos do Comitê Consultivo de Dados Abertos e Proteção de Dados. Definir o que são e como tratar dados abertos. Notificar o TRT 19 sobre essa deliberação do Comitê. Observa-se a necessidade de compatibilizar dados abertos com a L

Item:	2.3. Registros preliminares do PROAD	ID	
2.3. Exposições da Secretária-Geral - Em dezoito tribunais está em produção, nos demais não. Primeira questão: disputa com projetos mais interessantes; para isso existe uma solução, que é romper a			



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO
Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
da Justiça do Trabalho
8ª REUNIÃO DE 2020 – 24/11/2020

nacionalização obrigatória do PROAD e substituí-lo pelo SEI, desonerando o time de produção. Os Tribunais teriam de escolher um dos dois, PROAD ou SEI. Uma falha do PROAD: falta padronização entre tribunais e até mesmo entre unidades de um mesmo tribunal. Registra-se, então, que a curadoria do SEI precisar ser nacionalizada. Outra questão: o PROAD foi nacionalizado com governança completamente desestruturada. Outro ponto: o SEI mostra-se uma solução mais profícua, o PROAD encontra-se isolado. **Observação do Secretário de TIC do CSJT** - rever, em vez de romper, a nacionalização do PROAD dado o advento do SEI e a modificação do cenário externo. A maior parte da administração pública utiliza um mesmo sistema, o SEI. Retirar a obrigatoriedade de utilização do PROAD na JT como sistema oficial de tramitação de processos administrativos. **Observação do Secretário de TIC do TST** - explicou vantagens de aderir a um sistema já utilizado por um grande conjunto de órgãos públicos, tais como interoperabilidade e desnecessidade de desenvolver algo já desenvolvido por outro órgão. **O Secretário de TIC do TRT 2** manifestou preocupação em como seriam feitas as substituições do PROAD nos TRTs que o adotam dada a falta de padronização entre as diversas instalações do sistema nos órgãos da JT. TRTs que aderiram ao sistema há pouco tempo acharão ruim ter de substituir o sistema novamente.

Item:	2.4. Plano de capacitação para TIC em 2021	ID	
2.4. Registrou-se que capacitações em sistemas nacionalizados serão ônus do CSJT e não do eventual TRT onde um sistema tenha sido desenvolvido. Não mais haverá um instrutor de determinado curso que fique viajando por todos os TRTs dando capacitação. Devem ser elencadas, a pedido da Secretária de Gestão de Pessoas, até o dia 30/11, pelo comitê as capacitações que serão promovidas em 2021.			

3. Outros assuntos:

Item:	3.1. Questionamento Juiz Firmo TRT5 - nacionalização (CNJ) JTe TRT5	ID	
3.1. Dr. Bráulio (CNJ) realizou reuniões informais com o TRT 5 e o CSJT, nelas combinou que o JTE chamar-se-ia PJE mobile e seria integrado ao PJE do CNJ, porém esse compromisso não foi oficializado. Em consequência dessas reuniões, o TRT 5 mobilizou sua equipe de TI por meses para adequar a ferramenta ao PJE daquele Conselho e concluiu o trabalho com sucesso. Ocorre que o CNJ optou ao fim por pegar o aplicativo desenvolvido por outro Tribunal, adequá-lo às suas necessidades e incorporá-lo ao PJE. O representante do TRT 5 cobra posicionamento do CSJT e do CNJ acerca dos recursos despendidos por aquele Tribunal.			

Item:	3.2.	ID	
3.2.			



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO
Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
da Justiça do Trabalho
8ª REUNIÃO DE 2020 – 24/11/2020

4. Gestão orçamentária

Item:		ID	

5. Deliberações por FRAD

5.1	Identificador

6. Confirmação das datas das próximas reuniões

Item:	Confirmação das próximas reuniões	ID	
-	14/12/2020 - 9ª Reunião Ordinária CGTIC		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO
**Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
da Justiça do Trabalho**
8ª REUNIÃO DE 2020 – 24/11/2020

A ata foi submetida aos membros do comitê, que a aprovaram.

Nome	Assinatura
Fabiano de Abreu Pfeilsticker Juiz Auxiliar da Presidência do TST Coordenador Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho	
Carolina da Silva Ferreira Secretária-Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho	
Fábio Portela Lopes de Almeida Assessor da Presidência do TST	
Luiz Cláudio Mendes Garcia Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do CSJT	
Fabiano de Andrade Lima Secretário de Tecnologia da Informação do TST	
Marcio Nisi Gonçalves Secretário de Tecnologia da Informação do TRT da 2ª Região	

Ciente em de outubro de 2020.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Presidente